

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

VILMA DA SILVA SOARES BELMONT

**A CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS: Uma Experiência no Instituto Federal da Paraíba – Campus João
Pessoa**

João Pessoa

2023

VILMA DA SILVA SOARES BELMONT

**A CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS: Uma Experiência no Instituto Federal da Paraíba – Campus João
Pessoa**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Serviço Social do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba como requisito para a obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dra. Danielle Viana Lugo Pereira

João Pessoa

2023

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

B451c Belmont, Vilma da Silva Soares.

A contribuição do serviço social na Educação de Jovens e Adultos : uma experiência no Instituto Federal da Paraíba - Campus João Pessoa. / Vilma da Silva Soares Belmont. - João Pessoa, 2023.

41 f. : il.

Orientadora : Danielle Viana Lugo Pereira.

TCC (Graduação) - Universidade Federal da Paraíba/Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, 2023.

1. Educação. 2. Educação de Jovens e Adultos- EJA.
3. Serviço Social. I. Pereira, Danielle Viana Lugo. II. Título.

UFPB/CCHLA

CDU 374.7

VILMA DA SILVA SOARES BELMONT

**A CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS: Uma Experiência no Instituto Federal da Paraíba – Campus João
Pessoa**

Aprovada em: ____/____/____.

Banca Examinadora

Prof.^a Dra. Danielle Viana Lugo Pereira
Orientadora
Universidade Federal da Paraíba

Prof.^a Dra. Alecsonia Pereira Araujo
Universidade Federal da Paraíba

Prof.^a Dra. Maria das Graças Miranda Ferreira da Silva
Universidade Federal da Paraíba

Dedico este trabalho a todos os alunos da Educação de Jovens e Adultos, pela força e determinação em buscar conhecimento, apesar de estarem fora da idade de ensino regular e persistir lutando por seus objetivos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiro a Deus por tudo, por ser a minha força e o meu sustento, me guiando em todos os passos e por nunca me desamparar, mesmo quando duvidei dos Seus propósitos para mim.

Aos meus pais Valderez (em memória) e Joselia que com todo amor e dedicação me criaram e deram tudo de si por mim. Sempre estiveram ao meu lado me apoiando ao longo de toda a minha trajetória estudantil e acadêmica. Meu amado pai que não pode ver sua filha caçula concluir o ensino médio e entrar na Universidade para trilhar esse caminho acadêmico, mas sei que estaria muito feliz se estivesse aqui. Minha querida mãe, palavras são poucas para agradecer por tudo que a senhora fez e continua fazendo por mim.

Ao meu esposo Jean Pierre que nunca me recusou amor, apoio e incentivo. Obrigada pela compreensão e por compartilhar os inúmeros momentos de ansiedade e estresse. Sem você ao meu lado o trabalho não seria concluído. A minha filha Maria Teresa, que mesmo sem saber, foi o meu porto seguro e motivo de não desistir.

Aos meus irmãos Valderez Junior, Vanessa, Vagner e Vamberg que sempre estiveram ao meu lado nos bons e maus momentos. As minhas sobrinhas Letícia, Maria Clara e Laís por todo amor e momentos felizes vividos nos intervalos de cada semestre. Aos meus afilhados e afilhadas Matheus, Gilcassia, Yasmim Santos, Mayara Rodrigues, Waleska Brito, Monique Paz, Luana Alcântara, Hugo, Ana Isabel e Arthur Miguel por todo carinho.

A minha orientadora Prof.^a Dra. Danielle Lugo que foi um verdadeiro anjo nesse momento. Obrigada pelo apoio, incentivo, empatia, compreensão nos momentos mais difíceis que passei, nas diversas tentativas de finalização desse ciclo e por aceitar conduzir o meu trabalho de conclusão de curso.

A todos os meus professores do curso de Serviço Social da UFPB pela excelência da qualidade técnica de cada um e por contribuir com a minha formação.

A minha supervisora de estágio Madeleine Vidal Lima por compartilhar seu conhecimento e por toda sua experiência profissional com o Serviço Social no IFPB – Campus João Pessoa.

As minhas grandes amigas Thamyres Figueiredo, Ellen Nathalia e Joseanny Oliveira, minhas irmãs de coração. Gratidão por tudo que vocês representam em

minha vida. Aos queridos amigos Cindy Cabral, Kaio Cezar e todas as irmãs do Carmelo Santa Maria Mãe de Deus pelo apoio espiritual, através de suas orações, que tanto me fortaleceram.

Também agradeço as minhas colegas de curso com quem dividi tantos momentos de inseguranças e medos, alegrias e tristezas e o quanto me ajudaram a chegar até o final, em especial Leticia Pinheiro, Maria Cavalcante, Jessiane Monalisa, Jéssica Figueiredo, Joicy Cássia e Thalita Ramos.

É possível vida sem sonho, mas não existência humana e História sem sonho. (FREIRE, 2001).

RESUMO

Tendo em vista que a contribuição do Serviço Social na Educação de Jovens e Adultos pode impactar direta ou indiretamente na realidade dos alunos, trazendo o acesso dos estudantes a Política Educacional e de Assistência Estudantil e, conseqüentemente, a efetivação dessas políticas para permanência do estudante no ensino, o presente estudo trata sobre a contribuição do Serviço Social na Educação de Jovens e Adultos, voltada para aqueles que não tiveram acesso ou, por algum motivo, não concluíram os estudos em idade regular. Geralmente jovens e adultos que precisaram abdicar dos estudos para trabalhar ou assumir outras obrigações. A fim de analisar a contribuição do Serviço Social na Educação de Jovens e Adultos, para tanto foi necessário investigar a trajetória da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, a partir da Constituição Federal de 1988, apreender a importância da atuação do Serviço Social e relatar a experiência de estágio supervisionado no Instituto Federal da Paraíba – Campus João Pessoa, vivenciada no período de 01 de fevereiro de 2019 a 26 de setembro de 2019. Realizou-se, então, uma pesquisa bibliográfica e documental, de abordagem qualitativa, onde foi possível concluir que o Serviço Social contribui na EJA legitimando sua importância na garantia e consolidação da educação como direito social, elaborando e executando projetos, como agente que auxilia na formação para o exercício da cidadania e consciência crítica desse público.

Palavras-chave: Educação; Educação de Jovens e Adultos; Serviço Social.

ABSTRACT

Bearing in mind that the contribution of Social Work in Youth and Adult Education can directly or indirectly impact the reality of students, bringing students access to Educational Policy and Student Assistance and, consequently, the implementation of these policies for student permanence in the education, the present study deals with the contribution of Social Work in Youth and Adult Education, aimed at those who did not have access or, for some reason, did not complete their studies at a regular age. Usually young people and adults who had to give up their studies to work or take on other obligations. In order to analyze the contribution of Social Work in Youth and Adult Education, it was necessary to investigate the trajectory of Youth and Adult Education in Brazil, starting with the Federal Constitution of 1988, apprehend the importance of Social Work and report the supervised internship experience at the Federal Institute of Paraíba - Campus João Pessoa, from February 1, 2019 to September 26, 2019. A bibliographic and documentary research was then carried out, with a qualitative approach, where it was possible conclude that Social Work contributes to EJA, legitimizing its importance in guaranteeing and consolidating education as a social right, preparing and executing projects, as an agent that helps in training for the exercise of citizenship and critical awareness of this public.

Keywords: Education; Youth and Adult Education; Social service.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Participação em Oficina na Semana Integradora	25
Figura 2 - Oficina sobre Cidadania e Direitos Humanos e Sociais	26
Figura 3 – Conclusão do Projeto de Intervenção “Construindo cidadania no processo de formação acadêmica”	27

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
CAEST	Coordenação de Assistência ao Estudante
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF	Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério
IFPB	Instituto Federal da Paraíba
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério de Educação
MOVA	Movimento de Alfabetização
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PROUNI	Programa Universidade para todos

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL, A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988	15
3	O SERVIÇO SOCIAL E SUA ATUAÇÃO	19
4	RELATO DE EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO	22
4.1	O Estágio Curricular Obrigatório em Serviço Social: Expectativas e Aprendizados	22
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
	REFERÊNCIAS.....	29
	APÊNDICES	
	APÊNDICE I - PROJETO DE INTERVENÇÃO CONSTRUINDO CIDADANIA NO PROCESSO DE FORMAÇÃO ACADÊMICA.....	32

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como foco principal abordar sobre a contribuição do Serviço Social na Educação de Jovens e Adultos, uma modalidade de ensino regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Nº 9.394/1996), voltada para aqueles que não tiveram acesso ou, por algum motivo, não concluíram os estudos em idade regular. Geralmente jovens e adultos que precisaram abdicar dos estudos para trabalhar ou assumir outras obrigações.

Sendo assim, a Educação de Jovens e Adultos visa oferecer uma educação de qualidade através de meios adequados à realidade e necessidades dos alunos, que em sua maioria possuem experiências de vida diferentes dos alunos em idade regular. Além de promover a inclusão social, possibilitando que esses alunos possam ter acesso a oportunidades de emprego e desenvolvimento pessoal e social.

Visando abordar a problemática sobre como o Serviço Social contribui na Educação de Jovens e Adultos. O interesse nesse estudo surgiu das inquietações e indagações observadas no período de estágio curricular obrigatório, ocorrido no período de fevereiro a setembro de 2019 no Instituto Federal da Paraíba – Campus João Pessoa, e elencadas em torno das questões apontadas e que são de suma importância na prática profissional do Serviço Social.

Dessa forma, é possível notar que a contribuição do Serviço Social na Educação de Jovens e Adultos pode impactar direta ou indiretamente na realidade dos alunos, trazendo o acesso dos estudantes a Política Educacional e de Assistência Estudantil e, conseqüentemente, a efetivação dessas políticas para permanência na instituição.

Nesse sentido, o objetivo dessa pesquisa é analisar a contribuição do Serviço Social na Educação de Jovens e Adultos. De forma mais específica, buscou-se investigar a trajetória da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, a partir da Constituição Federal de 1988; apreender a importância da atuação do Serviço Social e relatar a experiência de estágio supervisionado no Instituto Federal da Paraíba – Campus João Pessoa.

Dessa maneira, este trabalho estrutura-se em três capítulos. No primeiro capítulo contextualizaremos brevemente a trajetória da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, a partir da Constituição Federal de 1988. Já no segundo capítulo, apresentaremos sobre a atuação do Serviço Social na Política Educacional. Por

último, falaremos sobre a experiência de estágio supervisionado na referida instituição.

A metodologia utilizada compreendeu uma pesquisa bibliográfica e documental, de abordagem qualitativa, apresentando uma visão geral sobre a contribuição do Serviço Social na Educação de Jovens e Adultos.

2 A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL, A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Antes de adentrar na Trajetória da EJA no Brasil é preciso conceituar uma categoria importante. O trabalho é um elemento fundante do ser social, mas o ser social não é apenas trabalho, e se apresenta durante o desenvolvimento da humanidade de diferentes formas. Conforme Lessa (2016, p.27) “Segundo Lukács, a categoria do trabalho é a protoforma (a forma originária, primária) do agir humano.” Essa afirmação não significa que todos os atos humanos são reduzíveis ao trabalho, mas que sem o trabalho não poderiam existir as variadas formas de atividades do ser social.

“Trabalho e educação são atividades especificamente humanas. Isso significa que, rigorosamente falando, apenas o ser humano trabalha e educa.” (SAVIANI, 2007, p. 152). Com isso, podemos dizer que o homem se constitui como ser, tendo características que lhe dão a oportunidade de educar e trabalhar. Desde o início de sua trajetória humana o homem adquiriu a capacidade de trabalhar, para que pudesse viver e sobreviver mediante os desafios que lhe eram apresentados.

Dessa forma, tomavam posse dos meios de produção de forma coletiva e dessa maneira se educavam e educavam seus descendentes. A esse respeito, Savianni (2007) aponta que: “a educação identificava-se com a vida. A expressão “educação é vida”, e não preparação para a vida [...] era, nessas origens remotas, verdade prática”.

Para discorrer sobre a trajetória da EJA no Brasil, a partir da Constituição Federal de 1988 é necessário lembrar que anteriormente o país vivia sob a ditadura do regime militar. Um período marcado pela falta de democracia, suspensão dos direitos constitucionais, censura, concentração de renda, pensamentos capitalistas, perseguição política e repressão a todos que eram contra tal regime, e a educação de jovens e adultos sofreu forte impacto nesse período. De acordo com Haddad & Di Pierro (2000) a consagração do artigo 208 da Constituição Federal de 1988 que trata do direito universal ao ensino fundamental público e gratuito, independentemente da idade, foi uma conquista de grande importância.

Além disso, foi estabelecido que os governos e a sociedade se empenhassem em erradicar o analfabetismo e universalizassem o ensino fundamental num período de dez anos. Fàvero e Freitas (2011) afirmam que com os

partidos progressistas conduzindo alguns municípios houve uma busca para qualificação da EJA, de forma que as secretarias de educação a reconhecessem, fossem criadas esferas responsáveis pela implantação e fossem elaboradas propostas de currículo específico, a maioria voltadas as propostas de Freire.

Nos anos 90, com Paulo Freire a frente da secretaria municipal de educação da cidade de São Paulo foi criado o Movimento de Alfabetização (Mova¹) que tinha como objetivo reduzir o analfabetismo no país, oferecendo cursos de alfabetização básica para jovens e adultos. O intuito era o “acesso à educação de forma a atender às necessidades e condições dos alunos jovens e adultos e à continuidade dos estudos por meio dos sistemas estaduais e municipais de ensino” (FÀVERO; FREITAS, 2011, p. 378).

Com a eleição do presidente Fernando Henrique Cardoso em 1995, segundo Haddad & Di Pierro (2000) priorizou-se a efetivação de uma reforma na político-constitucional da educação, compreendendo inúmeras medidas, das quais destaca-se a aprovação de uma emenda constitucional e decreta-se a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), aprovada pelo Congresso Nacional no final de 1996, em que a EJA torna-se uma modalidade da educação básica nas etapas do Ensino Fundamental e Médio.

De acordo com a LDB, fica declarado em seu “Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida”, reafirmando o direito de condições adequadas de estudo e dever do governo em oferecer tal ensino de forma totalmente gratuita.

Ainda de acordo com a LDB 9.394/96, o Artigo 38 passou a vigorar com as seguintes alterações.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I - no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II - no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

¹ O Mova atua como um movimento da sociedade civil em parceria permanente com os estados e municípios, com acentuada preocupação na continuidade dos estudos dos seus egressos. (FÀVERO; FREITAS, 2011, p. 378)

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames. (BRASIL, 1996)

Com isso, a legislação aumentou de forma significativa a procura por esta modalidade, reduzindo a procura no ensino regular, que seria o local de formação mais apropriado para adolescentes e jovens com uma defasagem pequena.

A partir da aprovação da Emenda Constitucional n. 14/96 foi extinta a obrigatoriedade dos governos ofertar o Ensino Fundamental a quem não teve a oportunidade na idade própria e o comprometimento em erradicar o analfabetismo no período de dez anos. Foi criado o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF) que segundo Haddad & Di Pierro (2000) um engenhoso mecanismo no qual a maioria dos recursos públicos relacionados à educação foram arrecadados em cada unidade, transferida para um fundo contábil, posteriormente dividido entre as esferas da administração estadual e municipal na proporção das matrículas contabilizadas no ensino fundamental regular nas respectivas redes de ensino.

Encerrado o governo de Fernando Henrique Cardoso, que durou de 1º de janeiro de 1995 até 31 de dezembro de 2002, em 1º de janeiro de 2003 assume a presidência Luiz Inácio Lula da Silva, governando o país no período de oito anos – até 31 de dezembro de 2010. Sua eleição representou a ascensão da classe trabalhadora ao poder e trouxe grandes avanços na política educacional.

Um desses avanços é a presença do Estado na EJA, desde 2003, através do programa Brasil Alfabetizado² em que aumentou a preocupação e a destinação das verbas aos municípios, considerando a continuação dos estudos e a luta dos educadores através de encontros estaduais e regionais.

Em 2005, temos a criação de outros dois programas: o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM) destinado a jovens de 18 a 24 anos que não concluíram a 8ª série e não tenha vínculo de trabalho formal e o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), ambos instituídos pelo governo federal.

Em substituição ao FUNDEF, que esteve em vigor de 1998 a 2006, foi criado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização

² O programa é uma porta de acesso à cidadania e o despertar do interesse pela elevação da escolaridade. O Brasil Alfabetizado é desenvolvido em todo o território nacional, com o atendimento prioritário a municípios que apresentam alta taxa de analfabetismo, sendo que 90% destes localizam-se na região Nordeste. (MEC)

dos Profissionais da Educação (FUNDEB) tendo sua vigência estabelecida para o período de 2007-2020, regulamentado pela Lei 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007. Com o objetivo de financiar as etapas da Educação Básica e reservar recursos para os programas direcionados à EJA.

Em 1º de janeiro de 2011, Dilma Rousseff, foi a primeira mulher que assumiu a presidência do Brasil e deu início ao seu governo, dando continuidade ao projeto deixado pelo seu antecessor, de forma a dar equilíbrio e continuidade, sem rupturas. No tocante a política educacional nesse período destacou-se a expansão do ensino superior, tanto presencial quanto à distância, privado, público e do ensino profissional. No contexto das políticas públicas voltadas para a EJA no governo Dilma, percebe-se a continuidade das ações já desenvolvidas durante o governo anterior. Segundo Di Pierro (2010) é possível que as bases firmadas durante esse período sejam garantias que a EJA ocupe um lugar mais significativo na pauta das políticas educacionais nos próximos anos.

Infelizmente seu governo foi interrompido pelo golpe sofrido em 2016, e o país ficou sob o governo interino de Michel Temer, realizando ataques às conquistas sociais e os direitos dos trabalhadores. No campo da política educacional podemos citar alguns desses retrocessos: a PEC 55 que fez com que áreas prioritárias como a saúde e educação perdessem recursos e a redução de 29% nos recursos do FIES e corte de bolsas integrais do PROUNI, além disso suas ações afetaram a Educação do país e diretamente a EJA.

Após esse período de retrocessos, o país fica nas mãos de Jair Messias Bolsonaro, aprofundando o projeto do Golpe de Estado de 2016 seu governo fez com que a educação fosse integrada na pauta neoliberal, com um nível de radicalidade exacerbado e vinculado a correntes de pensamentos anticientificistas, fazendo com que a educação vivesse quatro anos de descaso, deixando um rastro de crise também na EJA que, segundo dados do Censo Escolar, perdeu mais de meio milhão de estudantes nos três primeiros anos do governo. Felizmente em 1º de Janeiro de 2023 volta ao poder Luiz Inácio Lula da Silva trazendo esperança e ânimo a todos, em especial a Política Educacional.

3 O SERVIÇO SOCIAL E SUA ATUAÇÃO

A educação dentro do sistema e da lógica capitalista, não está alheia às demandas e influências do capital, estando intrinsecamente ligada à produção e reprodução das expressões da questão social na divisão sociotécnica do trabalho, segundo Martins (2012), o Serviço Social sendo uma profissão que está no trato direto com as expressões da questão social, se torna imprescindível a presente para a construção da dinâmica educacional,

Assim, o/a assistente social inserido/a nesse espaço conflituoso deve ter clareza na opção do seu “projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” (CFESS, 2012, p. 24). (RIBEIRO et al, 2014, p. 58-59)

dentro de uma perspectiva de direito e de emancipação humana o Serviço Social se insere nesses espaços seguindo o projeto ético-político,

Esse projeto profissional afirma ainda a defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e dos preconceitos, contemplando o pluralismo; posiciona-se a favor da equidade e da justiça social; ampliação e consolidação da cidadania, visando a garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras; luta pela democracia, como socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida. [...] o projeto estabelece a necessidade de compromisso do assistente social com a competência profissional por meio do aprimoramento intelectual contínuo, e inclui ainda o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população, tendo como premissa a luta pela publicização dos recursos institucionais, visando a democratização e universalização desses, sobretudo propiciando a efetiva participação dos usuários nos processos decisórios das instituições. (MARTINS, 2012, p. 213-214)

Segundo IAMAMOTO (2014) o exercício profissional requer um sujeito que tenha capacidade de sugerir e mediar com a entidade os seus projetos, para resguardar o seu campo de trabalho, suas atribuições profissionais e qualificações. É necessário ir adiante das exigências do cotidiano para compreender, no movimento da realidade e na proximidade as forças vivas do nosso tempo, predisposições e possibilidades, suscetíveis de serem apropriadas pelo profissional e modificadas em projetos de trabalho profissional.

Para compreender o exercício profissional do assistente social na Política de Educação, é necessário ressaltar a fundamentação das ações sociais do profissional inserido nessa área, que são orientadas e norteadas pelos princípios, direitos e deveres contidos no Código de Ética Profissional de 1993, na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/1993), igualmente nas Diretrizes

Curriculares da ABEPSS (1996), e especificamente o documento Subsídios para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação (CFESS-CRESS 2012). Contemplando também as dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-político que formam a instrumentalidade do Serviço Social.

Com base na Lei de Regulamentação da Profissão são requisitados do profissional algumas competências gerais que são indispensáveis à compreensão do contexto sócio-histórico em que sua intervenção é situada, em particular:

- apreensão crítica dos processos sociais de produção e reprodução das relações sociais numa perspectiva de totalidade;
- análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país e as particularidades regionais;
- compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, no cenário internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
- identificação das demandas presentes na sociedade, visando formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado (ABEPSS, 1996).

Sabemos que a Política de Educação está vinculada ao Serviço Social desde o início da profissão, fazendo parte da demanda imposta pela classe dominante no que se refere à formação técnica, intelectual e moral do proletariado, baseado em uma forma de escolarização que se tornaria essencial para a reprodução do capital nos diversos ciclos de expansão e crise (CFESS-CRESS, 2012), mas apenas com a Constituição de 88 e a Criação da Lei de Diretrizes e Bases que ocorreu uma intensificação.

Diante das variadas nomenclaturas que são dadas ao ensino para jovens e adultos, observa-se certa complexidade nas pesquisas relativas à Educação de Jovens e Adultos, como se pode observar nas Diretrizes Curriculares para a EJA, que “indicadores estatísticos da situação da EJA não são fáceis de serem obtidos, dada a complexidade do quadro em que se inserem e devido ao envolvimento de inúmeros atores sociais e instituições que se ocupam desta área.” (Parecer CNE/CEB Nº 11/2000, p. 54).

Os profissionais do Serviço Social inseridos na Política Educacional têm a oportunidade de colaborar, inclusive na EJA, na construção de uma ação qualificada e preventiva, atendendo de forma crítica e afirmativa no que tange as expressões da “questão social”, formando soluções para o pleno exercício da cidadania de forma a contribuir para a inclusão social deste público.

A contribuição do Serviço Social no espaço escolar, inclusive na Educação de Jovens e Adultos dá-se de forma integrada a uma equipe multiprofissional, porém, nem sempre esse trabalho é realizado de forma interdisciplinar, como expressa os dados do relatório CFESS (2011, p. 46) que “na maioria dos casos, se trata mais de uma composição multiprofissional das equipes do que da realização de um trabalho efetivamente interdisciplinar.”

Dessa forma, o Serviço Social contribui na EJA legitimando sua importância na garantia e consolidação da educação como direito social, elaborando e executando projetos, como agente que auxilia na formação para o exercício da cidadania e consciência crítica desse público.

4 RELATO DE EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO

Nesse capítulo iremos relatar a experiência vivida no período de estágio do Serviço Social no Instituto Federal da Paraíba (IFPB) – Campus João Pessoa, abordando algumas das principais práticas e rotinas do trabalho profissional de assistentes sociais na sua interação e atendimento com os demais profissionais, especialmente, com os alunos.

O Estágio Curricular fez parte do processo de formação acadêmica e teve grande significado para consolidação do perfil e da identidade profissional, pois foi através dele que ocorreu a aproximação com a prática, com o objetivo de apreensão da realidade e a materialização entre teoria e prática.

O IFPB localiza-se na Av. Primeiro de Maio, 720 – Jaguaribe, na cidade de João Pessoa. Possui como missão fomentar, apoiar e acompanhar as ações que objetivem a inovação tecnológica nos diversos campos da ciência e tecnologia, bem como promover a proteção das invenções e a transferência de tecnologia através de um ambiente cooperativo entre a instituição, os setores produtivos, o governo, organizações não governamentais e a sociedade, contribuindo como desenvolvimento cultural, tecnológico e socioeconômico local e do Brasil.

Além disso, contribui com o engrandecimento e fortalecimento do Estado através da oferta de Educação Profissional e Tecnológica de qualidade. Foi criado baseado na integração de duas instituições: o Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba e a Escola Agrotécnica Federal de Sousa. Dentre os principais valores do local de estágio podemos destacar: a ética, o desenvolvimento humano e o respeito, que se relacionam diretamente com a formação profissional do assistente social e com seu Projeto Ético-Político.

4.1 O ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO EM SERVIÇO SOCIAL: EXPECTATIVAS E APRENDIZADOS

As expectativas iniciais do estágio eram inúmeras, mas resumiam-se na preocupação da apreensão da realidade em que o profissional estava inserido e pelo receio da prática observacional com a política e seus usuários, mas com o passar do período do estágio houve um grande fortalecimento com o auxílio da supervisora de campo e do supervisor acadêmico, instruindo o caminho em que devíamos seguir para uma consolidação profissional.

Durante o período de estágio fazia-se necessário à realização do Plano de Estágio que era composto através da identificação da política setorial em que estava inserida a instituição e na aproximação com a prática profissional do Serviço Social, através de observação participativa. Assim como também a realização do Projeto de Intervenção que foi composto de forma articulada aos preceitos do projeto ético-político da profissão e as dimensões teórico-metodológica e ético-política, estabelecendo uma aproximação aos desafios que são enfrentados pelos alunos.

Segundo a Resolução do Conselho Superior Nº 16, de 02 de agosto de 2018, que dispõe sobre a convalidação da Resolução-AR nº 25, de 21/06/2018 que aprova a reformulação da Política de Assistência Estudantil do IFPB, na instituição o Serviço Social está inserido na Política de Assistência Estudantil e tem por objetivos o fortalecimento e ampliação de programas e projetos que possa garantir a permanência e o êxito dos estudantes; realização de acompanhamento pedagógico e biopsicossocial aos discentes, contribuindo com o processo de aprendizagem; assegurar aos discentes com necessidades educativas específicas condições para seu amplo desenvolvimento acadêmico; promover programas de atenção aos estudantes com deficiência; ofertar educação de qualidade para jovens e adultos trabalhadores que tiveram seu processo educativo interrompido; garantir ao corpo discente igualdade de oportunidades no exercício das atividades acadêmicas; promover ações que visem à igualdade de oportunidades socioeconômicas e culturais; promover programas e projetos que visem ao respeito às diversidades étnicas, sociais, sexuais, de gênero, geracionais e religiosas; realizar projetos de ensino, pesquisa e extensão que contribuam com o desempenho acadêmico do estudante; garantir a participação dos estudantes em eventos acadêmicos, artístico-culturais e esportivos; incentivar a produção, circulação, difusão, acessibilidade, veiculação, preservação e publicação de trabalhos artísticos, técnicos e científicos dos estudantes sobre arte e cultura; além de estimular a participação dos estudantes nos assuntos relativos à assistência estudantil.

Dentre as demandas que competem ao Serviço Social na Política de Assistência Estudantil do campo de estágio, destacam-se: agir no planejamento, execução e avaliação da Política de Assistência Estudantil, conjuntamente com os demais profissionais que a integram; realizar acompanhamento social sistemático aos estudantes atendidos pela Política de Assistência Estudantil; traçar, anualmente, o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes.

A realização do plano ocorreu com as atividades que foram desenvolvidas no período do estágio através do acompanhamento da supervisora de campo, como a participação em reuniões de planejamento para a publicação do edital para auxílios da Política de Assistência Estudantil, participação em palestra sobre a Política de Assistência e apresentação da Coordenação de Assistência às Pessoas com Necessidades Específicas, acompanhamento do cadastramento socioeconômico dos alunos do Curso Técnico Integrado em Eventos – na modalidade Proeja, participação em oficinas na Semana Integradora com a turma do Curso Técnico Integrado em Eventos – na modalidade Proeja.

O primeiro contato direto com a turma do Curso Técnico Integrado em Eventos – na modalidade Proeja foi na primeira semana de aula em que a coordenação do curso ofereceu a Semana Integradora, com o intuito de apresentar à turma a composição do curso, o campus e realização de oficinas sobre temas relacionados à realidade social e escolar, além de apresentar a Coordenação de Assistência ao Estudante – CAEST, que é composta através de equipe interdisciplinar envolvendo profissionais do Serviço Social, Psicologia, Pedagogia, Nutrição, Medicina, Enfermagem, Odontologia, Educação Física e Arte.

Em seguida houve a participação e acompanhamento no cadastramento socioeconômico dessa turma. Semestralmente a instituição lança editais de programas de auxílio estudantil e os alunos do Curso Técnico Integrado em Eventos – na modalidade Proeja que estão regularmente matriculados tem direito a esse auxílio, visto que a grande maioria estão em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

O cadastramento foi realizado de forma online, através do sistema da instituição, e como a maioria dos alunos não tem prática no uso da tecnologia houve o auxílio para que eles pudessem ter acesso a esse direito e desenvolver sua autonomia.

Figura 1 – Participação em Oficina na Semana Integradora



Fonte: Elaborada pela autora (2019).

O Projeto de Intervenção realizado teve como tema “Construindo cidadania no processo de formação acadêmica”, com o intuito de mostrar a importância dos direitos sociais, da cidadania e dos direitos humanos, abordando o impacto da cidadania sobre a desigualdade social. Observou-se uma dificuldade no período de estágio referente ao reconhecimento dos direitos (por parte dos alunos), em particular o desenvolvimento da autonomia e percepção dos seus direitos dentro da instituição.

As atividades foram realizadas através da exposição de um filme “Selma: uma luta pela igualdade”, na perspectiva de fomentar a compreensão das desigualdades sociais e a importância da construção de uma sociedade cidadã. Somando-se a uma oficina sobre cidadania e direitos humanos e sociais, dando enfoque a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Figura 2 – Oficina sobre Cidadania e Direitos Humanos e Sociais



Fonte: Elaborada pela autora (2019).

Figura 3 – Conclusão do Projeto de Intervenção “Construindo cidadania no processo de formação acadêmica”



Fonte: Elaborada pela autora (2019).

O projeto teve um resultado bastante positivo, com uma participação média de 21 alunos da turma, com isso eles conseguiram compreender a didática e se reconhecer como sujeito de direitos, defensores e multiplicadores do conhecimento e desenvolver sua autonomia enquanto sujeitos emancipadores na perspectiva de direito.

Quanto aos aspectos da orientação, através da supervisora de campo e da supervisora acadêmica foram alcançados apenas pontos positivos no que se refere à disponibilidade de tempo e o conhecimento repassado por ambas, assim como também o auxílio nas discussões e na articulação entre teoria e prática.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa desenvolvida observou a Educação de Jovens e Adultos, uma modalidade de ensino que visa oferecer uma educação de qualidade através de meios adequados à realidade e necessidades dos alunos, que em sua maioria possuem experiências de vida diferentes dos alunos em idade regular.

Os objetivos do estudo foram alcançados, visto que foi possível analisar a contribuição do Serviço Social na EJA, buscando investigar a trajetória da EJA no Brasil, a partir da Constituição Federal de 1988, apreendendo a importância da atuação do Serviço Social e relatando a experiência de estágio supervisionado no Instituto Federal da Paraíba – Campus João Pessoa.

Com isso foi possível verificar que a Política Educacional e a EJA enfrentaram grandes desafios em períodos marcados pelo neoliberalismo, com cortes na política e retrocessos, de forma a não viabilizar a garantia e consolidação da educação como direito social.

É necessário destacar que o Serviço Social trabalha na viabilização e efetivação dos direitos, mas é fundamental que o Estado, por sua vez, deva garantir e legitimar as demandas, tornando todos os cidadãos detentores de direitos.

Assim, conclui-se que a inserção do Serviço Social, na Política Educacional, se constitui de uma parceria importante e que soma esforços na busca de soluções que cessem alguns problemas reconhecidamente instalados na Educação Pública, no tocante ao direito e permanência do aluno na escola.

Finalizo na certeza de que a construção desse TCC, pode ser aprofundada em outro momento da minha trajetória profissional, sendo este tão somente a iniciação investigativa, pois a Educação de Jovens e Adultos é um tema de extrema importância para a Política Educacional e o Serviço Social, porém os estudos nessa área ainda são bastante limitados.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996.

_____. MEC. Parecer CNE/CEB n. 11/2000. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, 2000.

CFESS. Código de Ética do/a Assistente Social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. – 9. ed. rev. e atual. – Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2011.

_____. Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação. Brasília: CFESS, 2011.

DI PIERRO, Maria Clara. A Educação de Jovens e Adultos no Plano Nacional de Educação: avaliação, desafios e perspectivas. Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 112, p. 939-959, jul.-set. 2010.

FÀVERO, Osmar; FREITAS, Marinaide. A Educação de adultos e jovens e adultos: um olhar sobre o passado e o presente. Inter-Ação, Goiânia, v. 36, n. 2, p. 365-392, jul./dez. 2011.

FREIRE, Paulo. Política e educação: ensaios. 5. ed - São Paulo, Cortez, 2001. (Coleção Questões de Nossa Época ; v.23)

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n. 14, p. 108-130, maio/ago. 2000.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 120, p. 609-639, 2014

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA (IFPB). **Resolução-CS, Nº 16, de 02 de Agosto de 2018.** [S. l.], 2 ago. 2018.

LESSA, Sérgio. Para compreender a ontologia de Lukács. 4. ed. - Maceió: Coletivo Veredas, 2016.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. Educação e Serviço Social: elo para a construção da cidadania. 2012. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/d4swh/pdf/martins-9788539302437.pdf>. Acesso em: 20 maio 2023.

MARQUES, Maria Alice de Freitas. Políticas Educacionais Nos Governos Lula e Dilma: Impactos Na Expansão Do Ensino Superior E Profissional. Id on Line Rev.Mult. Psic., 2018, vol.12, n.41, p.661- 676. ISSN: 1981-1179.

RIBEIRO, Alessandra *et al.* **Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação.** 1. ed. [S. l.: s. n.], 2014. 63 p. v. 1. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-

EDUCACAO.pdf. Acesso em: 20 maio 2023.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista brasileira de educação**, v. 12, n. 34, p. 152-165, 2007.

APÊNDICES

**APÊNDICE I - PROJETO DE INTERVENÇÃO CONSTRUINDO CIDADANIA NO
PROCESSO DE FORMAÇÃO ACADÊMICA**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL
SUPERVISÃO EM SERVIÇO SOCIAL II
SUPERVISORA ACADÊMICA: PATRÍCIA LÁRRISSA DE LIMA OLIVEIRA
SUPERVISORA DE CAMPO: MADELEINE VIDAL LIMA**

**CONSTRUINDO CIDADANIA NO PROCESSO DE FORMAÇÃO
ACADÊMICA**

Pedro Paulo Alves de Oliveira

Vilma da Silva Soares

**JOÃO PESSOA – PB
SETEMBRO/2019**

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
PROBLEMATIZAÇÃO	3
JUSTIFICATIVA	5
OBJETIVOS	5
OBJETIVO GERAL	5
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	5
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	6
METAS QUANTITATIVAS	6
RESULTADOS ESPERADOS	7
CRONOGRAMA	7
RECURSOS	8
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	9

APRESENTAÇÃO

A disciplina de Supervisão em Serviço Social II tem por objetivo realizar uma análise das políticas dos campos de estágio, identificando as categorias teóricas presentes na prática, além de utilizar os instrumentais técnico-operativos para atuação na construção do plano de intervenção de forma articulada aos preceitos do projeto ético-político da profissão e as dimensões teórico-metodológica e ético-política.

O presente Projeto de Intervenção tem como objetivo conceder ao aluno/estagiário a possibilidade de atuar e intervir no local de estágio, estabelecendo uma aproximação aos desafios que são enfrentados pelos alunos do Curso Técnico em Eventos na modalidade PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB). O objetivo geral se destina aos alunos do referido curso, tendo um total de 21 participantes, de ambos os sexos e com faixa etária entre 20 a 50 anos.

1. PROBLEMATIZAÇÃO

A educação dentro do sistema e da lógica capitalista, não está alheia às demandas e influências do capital, estando intrinsecamente ligada à produção e reprodução das expressões da questão social na divisão sociotécnica do trabalho, segundo Martins (2012), o Serviço Social sendo uma profissão que está no trato direto com as expressões da questão social, se torna imprescindível a presente para a construção da dinâmica educacional,

Assim, o/a assistente social inserido/a nesse espaço conflituoso deve ter clareza na opção do seu "projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero" (CFESS, 2012, p. 24). (RIBEIRO et al, 2014, p. 58-59)

dentro de uma perspectiva de direito e de emancipação humana o Serviço Social se insere nesses espaços seguindo o projeto ético-político,

Esse projeto profissional afirma ainda a defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e dos preconceitos, contemplando o pluralismo; posiciona-se a favor da equidade e da justiça social; ampliação e consolidação da cidadania, visando a garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras; luta pela democracia, como socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida. [...] o projeto estabelece a necessidade de compromisso do assistente social com a competência profissional por meio do aprimoramento intelectual contínuo, e inclui ainda o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população, tendo como premissa a luta pela publicização dos recursos institucionais, visando a democratização e universalização desses, sobretudo propiciando a efetiva participação dos usuários nos processos decisórios das instituições. (MARTINS, 2012, p. 213-214)

embasando-se nas diretrizes do projeto ético-político e inseridos em uma dinâmica institucional a qual o Serviço Social constitui espaços sócio ocupacionais, foi possível pensar um projeto de intervenção que fortaleça o discurso na defesa dos Direitos Humanos e que estimule a construção de um projeto de cidadania com o público alvo.

O Projeto de Intervenção apresenta como título "Construindo cidadania no processo de formação acadêmica" tendo em vista mostrar a importância dos direitos sociais, da cidadania e dos direitos humanos, abordando o impacto da cidadania sobre a desigualdade social através dos estudos do Professor Thomas H. Marshall.

Marshall afirma que:

A cidadania é um status concedido aqueles que são membros integrais de uma comunidade. Todos aqueles que possuem status são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao status. Não há nenhum princípio universal que determine o que estes direitos e obrigações serão, mas as sociedades nas quais a cidadania é uma instituição em desenvolvimento criam uma imagem de uma cidadania ideal em relação à qual o sucesso pode ser medido e em relação à qual a aspiração pode ser dirigida. (MARSHALL, 1967, p. 76).

com a intenção de fomentar a construção da cidadania com o público alvo, serão desenvolvidas ações direcionadas a essa temática, visto que, ainda segundo Marshall (1967) a cidadania é uma construção das sociedades e não algo posto, é importante destacar a influência dos direitos humanos sobre essa construção. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada em 1948, tem como objetivo que os indivíduos e órgãos da sociedade promovam o respeito aos direitos e liberdades através do ensino e da educação. Portanto, propõe-se apresentar nas atividades a Declaração Universal dos Direitos

Humanos, juntamente com a cidadania e os direitos sociais, dentro da perspectiva da Política de Assistência Estudantil do IFPB “formar cidadãos éticos para atuarem no mundo do trabalho e na construção de uma sociedade inclusiva, justa, sustentável e democrática.”.

2. JUSTIFICATIVA

A proposta interventiva acerca da construção da cidadania surgiu da observação coletiva discutida pela equipe de estagiários em torno das questões apontadas e que são de suma relevância para a compreensão e reconhecimento dos direitos que o público-alvo possui. Observou-se uma dificuldade no período de estágio referente a tal reconhecimento, em particular o desenvolvimento da autonomia e percepção dos seus direitos dentro da instituição.

As possíveis contribuições da intervenção contemplarão o reconhecimento dos estudantes do Proeja do IFPB, no intuito de conscientizá-los na reflexão e na compreensão dos seus direitos para que não sejam violados e possam lutar por eles.

3. OBJETIVOS

3.1. OBJETIVO GERAL

Fomentar com os alunos do Curso Técnico em Eventos na modalidade PROEJA a ideia/construção do exercício da cidadania e o reconhecimento dos direitos humanos.

3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Realizar oficina temática com a apresentação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, visando uma discussão na defesa da cidadania;
- Exibir um filme voltado a temática do Projeto de Intervenção e realizar uma roda de conversa com debate a respeito dos direitos civis;

- Sensibilizar o público alvo acerca dos direitos fundamentais.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As ações serão voltadas ao público que compõe o Curso Técnico em Eventos na modalidade PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), com uma média de 21 participantes. O curso de Eventos é ministrado no período noturno, durante toda a semana letiva (segunda a sexta), composto por um público de alunos, em sua maioria, trabalhadores empregados, desempregados, donos (as) de casa, jovens e idosos. Este projeto classifica-se como sendo uma pesquisa social aplicada, de caráter exploratório e de campo, com abordagens qualitativas.

As atividades a serem realizadas se constituirão em dois momentos distintos: em um primeiro momento com a realização de uma oficina, sobre cidadania e direitos humanos e sociais, dando enfoque a Declaração Universal dos Direitos Humanos, constituindo-se por um primeiro momento de aproximação do público alvo com o documento da Declaração dos Direitos Humanos, sendo disponibilizado através de folder, e em um segundo momento será realizada uma dinâmica em grupo voltada a percepção e apropriação da temática, por meio de um jogo de tabuleiro — desenvolvido pela Rede de Cidadania Mateus Afonso Medeiros para o programa de Educação para a Diversidade, vinculada a Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto. Em um segundo momento a exibição do filme "Selma: uma luta pela igualdade" que, se encaixa na temática proposta de fomentar a compreensão das desigualdades sociais e a importância da construção de uma sociedade cidadã.

5. METAS

Almeja-se alcançar 80% dos participantes das atividades a se tomarem multiplicadores da ideia de exercitar a cidadania e de sua importância para a construção social.

Espera-se que 50% dos participantes debatam sobre o folder da Declaração Universal dos Direitos Humanos, identificando a importância dos direitos humanos e sociais.

6. RESULTADOS ESPERADOS

O resultado principal que buscamos é que com a realização dessa intervenção o público alvo se reconheça como sujeitos de direitos, defensores e multiplicadores do conhecimento e desenvolvam sua autonomia enquanto sujeitos emancipadores na perspectiva de direito, apropriando-se dos seus espaços sócio-ocupacionais e reconhecendo as possíveis violações de seus direitos no cotidiano.

7. CRONOGRAMA

ATIVIDADES	PERÍODO /2019						
	01/05 a 20/06	21/06 a 22/07	01 a 30/08	04 a 06/09	18 a 20/09	20 e 23/09	26/09
Observação no campo de estágio	X						
Consulta bibliográfica a respeito do tema		X					
Produção do Projeto de Intervenção			X				
Reunião de Planejamento com a Equipe				X			

Construção das Oficinas e das Atividades do Cine(Elaboração do Folder e Impressão de Materiais)					X		
Divulgação nas turmas						X	
Realização das Atividades com Exposição do filme e Oficina sobre os Direitos Humanos							X

8. RECURSOS

8.1 RECURSOS MATERIAIS

Os recursos materiais a serem utilizados no decorrer das atividades serão custeados pelos alunos/estagiários, em parceria com os recursos da instituição, e compreendem: Sala de aula, Computador ou Notebook, Data Show, Caixas de Som, Confeção e Impressão de Folders, Confeção de Material para a dinâmica em grupo e Transporte dos alunos/estagiários.

8.2 RECURSOS HUMANOS

Os recursos humanos contarão com:

A parceria da Assistente Social e Supervisora de Campo Madeleine Vidal Lima através da viabilização dos espaços e horários que serão utilizados, além do apoio na realização das atividades;

Os estagiários do Serviço Social na Coordenação de Assistência Estudantil (CAEST), assumirão a construção e realização das atividades, — na função de mediador — propostas no projeto.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA (IFPB). **Resolução-CS, Nº 16, de 02 de Agosto de 2018**. [S. l.], 2 ago. 2018.

MARSHALL, T.H. *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987. Cap. 3, p. 57-114.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. **Educação e serviço social: elo para a construção da cidadania**. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2012. 277 p. v. 1. ISBN 978-85-393-0243-7. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/d4swh/pdf/martins-9788539302437.pdf>. Acesso em: 16 set. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948.

RIBEIRO, Alessandra *et al.* **Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação**. 1. ed. [S. l.: s. n.], 2014. 63 p. v. 1. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf. Acesso em: 16 set. 2019.

SELMA: uma luta pela igualdade. Direção: Ava DuVernay. Produção: Christian Colson, Oprah Winfrey, Dede Gardner, Jeremy Kleiner. Estados Unidos: Paramount Pictures, 2014. Disponível em: <https://www.netflix.com/br/title/80013278>. Acesso em: 14 set. 2019.

TRILHAS da Cidadania. [S. l.], [2008?]. Disponível em: <https://www.recimam.org/aquarela>. Acesso em: 16 set. 2019.